

# Regra causa desperdício de verba da educação

Obrigados a empregar 25% da receita no ensino, prefeitos gastam muito e em qualquer coisa

JOSÉ CASADO

**E**stá sobrando dinheiro no orçamento educacional da maioria dos municípios brasileiros. É um paradoxo em um País com rede pública de ensino sucateada, professores mal pagos, muita repetência nas salas de aula e uma das mais altas taxas de analfabetismo do Hemisfério Sul.

Resulta de uma perversidade político-burocrática: a Constituição obriga as prefeituras a investir no ensino fundamental 25% da receita anual de impostos, mas como quase todas as escolas públicas nas cidades do Interior são sustentadas pelos governos estaduais, os prefeitos não sabem e não têm onde ou em que gastar o dinheiro. Temendo a rejeição de suas contas pelos tribunais — o que poderia deixá-los inelegíveis —, prefeitos da maioria das cidades brasileiras passaram a registrar todo e qualquer tipo de gasto como “despesa com ensino de primeiro grau”.

Gasta-se muito e em qualquer coisa, em nome do ensino básico. No Estado de São Paulo, por exemplo, há pelo menos um município gastando o dinheiro da educação até na compra de estume de boi para adubar jardins e canteiros de praças públicas.

A Constituição paulista é ainda mais generosa que a federal — fixa em quase um terço (30%) da arrecadação anual de impostos o investimento mínimo e obrigatório das prefeituras com educação.

Em 553 municípios paulistas (89% do Estado) não existem escolas municipais de ensino fundamental. A educação dos três milhões de alunos matriculados nessas cidades é integralmente financiada pelo governo estadual, de forma precária. As prefeituras gastam seu orçamento educacional como bem entendem.

Análises do governo, do Conselho Estadual de Educação e do Tribunal de Contas do Estado mostram que nessas 553 cidades a verba municipal para o ensino básico tem sido desviada para despesas como:

■ Calçamento de ruas, construção de pontes, campos de futebol,

Nota de empenho da prefeitura de Santa Bárbara: gasto com estume

conjuntos poliesportivos — incluindo sambódromos.

■ Compra de veículos, geralmente utilitários, a pretexto de criação de uma frota de transporte escolar.

■ Pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários ao funcionalismo.

■ Amortização de dívidas municipais.

■ Compra ou aluguel de edifícios e equipamentos para emissoras de rádio e televisão.

■ Criação de faculdades.

■ Conservação de jardins e praças públicas.

Oficialmente, é tudo pela educação. “Não temos mais onde gastar dinheiro do ensino”, diz José Antônio Marçal, prefeito em exercício de Águas de Santa Bárbara, cidade com 15 mil habitantes, a 250 quilômetros da Capital, na região sudoeste do Estado.

Santa Bárbara arrecada R\$ 1 milhão ao mês. Tem só uma escola de primeiro grau (800 alunos), cujos professores, água e luz são precariamente mantidos pelo Estado. Por lei, a prefeitura tem a obrigação de gastar R\$ 300 mil na área educacional, a cada 30 dias.

É um problema sério, na definição do prefeito José Antônio Marçal: “Já construímos uma pré-escola, vamos construir outra, paga-

mos a merenda, compramos três Kombis para transportar estudantes e, ainda assim, não conseguimos gastar tudo. Fechamos o balanço de 1995 com uma sobra de R\$ 200 mil no orçamento de educação.”

**Banda de música** — No esforço para justificar gastos com ensino, no ano passado, a Prefeitura de Águas de Santa Bárbara foi além. Criou escolinha de futebol, pagou consultas, exames médicos e cirurgias de funcionários e até montou uma banda de música.

No último trimestre, acabou protagonizando um dos mais insólitos episódios da administração pública. Comprou toneladas de estume de boi e registrou a despesa como “material de consumo” na unidade orçamentária “ensino de primeiro grau”.

Nos documentos, o adubo estava destinado à horta e ao viveiro da escola estadual. Na Câmara, porém, a despesa chamou a atenção da vereadora Ângela Maria Furigo (PSDB), pelo mais singelo dos motivos: a única escola do município nunca teve horta ou viveiro. “O prefeito realmente comprou o esterco, mas para jardins públicos”, conta a vereadora.

Acrescenta: “O problema é que todas as prefeituras estão agindo assim. As Câmaras municipais não têm como fiscalizar, porque os prefeitos só apresentam balancetes e nunca entregam as notas de despesas. E os Tribunais de Contas só olham a justificativa. Se gastou com educação, tudo bem, não importa como.”

**M**EDO DA  
REJEIÇÃO  
DE CONTAS  
PRODUZ  
DISTORÇÃO  
NOS  
MUNICÍPIOS